

Almeida

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, da Seção Pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada no dia trinta de dezembro de 1957, em segunda convocação.

Aos trinta (30) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), na sala de reuniões do Conselho da Seção Pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, no quarto (4.º) andar do edifício do Palácio da Justiça, na cidade do Recife, reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os advogados inscritos no quadro da referida Seção, sob a presidência do Doutor José Cavalcanti Neves, servindo de primeiro e segundo secretários, respectivamente, os doutores Severino Jordão Emerenciano e Adauto José de Melo. O Senhor Presidente mandou encerrar o livro de presença e verificando o comparecimento de 20 advogados considerou iniciados os trabalhos, uma vez que em segunda convocação a Assembleia pode funcionar com qualquer número. Com a palavra o segundo secretário fez a leitura da ata da sessão convocada para o dia vinte e um (21) do corrente mês, que não se realizou por falta de quorum, e do edital de segunda convocação publicado no

Diário Oficial do Estado, edições de vinte e dois (22) e vinte e cinco (25) também deste mês. Na Ordem do Dia foi lido o Provimento de caráter Geral, do Conselho Federal da Ordem, determinando aos Conselhos Seccionais que "convoquem assembleia geral extraordinária para o fim de rever as taxas e anuidades atualmente em vigor, reajustando os seus valores às condições atuais do poder aquisitivo da moeda". O senhor Presidente esclareceu que o Provimento em causa foi deixado em vigor em mil novecentos e cinquenta e seis (1956), mas que demasiadamente tarde dele tornou conhecimento o Conselho Seccional, razão por que não houve tempo para convocar a Assembleia de modo a permitir que o aumento vigorasse no exercício de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Informou, ainda, a Presidência que o Conselho Seccional, em reunião de 3 (três) do corrente, aprovou uma Tabela organizada pelo senhor Tesoureiro, a qual foi lida, pelo segundo secretário, para conhecimento da Assembleia. A matéria depois de amplamente debatida, foi submetida a votação sendo aprovada, por unanimidade, o aumento nas bases da Tabela já aceita pelo Conselho, que vai abaixo transcrita, devendo vigorar a partir de primeiro (1.º) de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito (1958). Não havendo mais assunto a tratar, foi encerrada a sessão. Do que, para constar, eu, Adauto

Albuquerque

José de Melo, 2.^o secretário ad.hoc, mandei lavrar esta ata, que vai devidamente assinada pelos membros da mesa e será publicada no Diário Oficial do Estado, para os fins legais. Em tempo, o edital de 2.^a convocação da Assembleia, foi também publicado no Jornal do Comércio, de vinte e cinco (25) deste mês. A tabela aprovada pelo Conselho foi a seguinte: Taxa de Inscrição: Advogado, cr\$ 500,00; Provisionado, cr\$ 500,00; Solicitador, cr\$ 500,00; Solicitador acadêmico, cr\$ 200,00. Taxa de carteira: Geral cr\$ 80,00; Pela expedição de 2.^a via, cr\$ 100,00. Taxas de certidões: Para transferência, cr\$ 200,00; De inscrição, cr\$ 100,00; Outras certidões, cr\$ 50,00 e cr\$ 1,00, por linha. Taxas diversas: Transformação de inscrição provisória em definitiva, cr\$ 200,00; Pela restituição de documento anexado em qualquer processo, cr\$ 20,00; Anotação na carteira posterior à inscrição, cr\$ 20,00; Pelo encaminhamento de recurso à instância superior, cr\$ 100,00; Averbação, apostila, ou qualquer outro termo, cr\$ 20,00. Anuidade: Geral, cr\$ 400,00. Os que pagarem a anuidade no prazo previsto no Regulamento Interno (art. 31, parágrafo 2.^o, VI), ou seja até 28 de fevereiro de cada ano, gozarão do abatimento de 25% (vinte e cinco por cento).

José Cavalcanti Neves - Presidente
 João Severina - 1.^o Secretário
Antônio Fideles